

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

**SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

Amparo - SP

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

A Entidade está reconhecendo as despesas com depreciações apenas dos itens reavaliados e dos bens adquiridos a partir de 2004, conseqüentemente não foi possível determinar se os ajustes das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

### **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade, conforme nota nº 2 em 31 de dezembro de 2018 a Entidade apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 4.416.300 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 6.190.093, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras).

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Conforme NBC TA 720 – item A52, para as entidades não listadas, é facultado identificarmos neste relatório as outras informações que esperamos receber e que acompanham as demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas.

A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019.

## **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

### **Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		13.157	117.230
Aplicações financeiras – sem restrição	4	28.487	788.095
Aplicações financeiras – com restrição	3	767.074	1.174.621
Contas a receber	5	861.642	1.211.538
Títulos a receber – líquido de provisão		-	58.252
Repasses médicos		1.190.875	669.412
Estoques		363.517	434.482
Depósitos judiciais		70.684	5.243
Outros ativos circulantes		163.317	164.994
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>3.458.753</u></b>	<b><u>4.623.867</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado com restrição	7	2.684.006	2.738.484
Imobilizado sem restrição	6	6.967.524	7.233.130
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>9.651.530</u></b>	<b><u>9.971.614</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>13.110.283</u></b>	<b><u>14.595.481</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

### **Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais**

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		1.271.420	979.227
Obrigações sociais	8	1.081.850	668.034
Obrigações fiscais		152.941	58.187
Títulos a pagar		406	16.598
Repasse para terceiros		3.633.352	1.778.124
Provisão de férias e encargos		986.300	1.068.036
Empréstimos e financiamentos	9	930.000	930.000
Contingências a pagar		25.230	25.230
Receitas diferidas	10	391.847	391.847
Projetos a executar	11	328.055	274.375
Adiantamentos de clientes		810.943	100.000
Outros passivos circulantes		36.502	24.546
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>9.648.846</b>	<b>6.314.204</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contingências a pagar	17	3.679.844	3.851.303
Empréstimos e financiamentos	9	2.790.000	3.720.000
Receitas diferidas	10	1.381.769	1.773.616
Outros passivos não circulantes		26.124	25.024
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.877.737</b>	<b>9.369.943</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Patrimônio líquido		(4.416.300)	(1.088.666)
<b>Total do patrimônio líquido/Passivo a descoberto</b>		<b>(4.416.300)</b>	<b>(1.088.666)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.110.283</b>	<b>14.595.481</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

### **Demonstração do Resultado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais**

<b>RECEITAS</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita convênio SUS		1.917.424	1.849.789
Receita convênio e particulares		8.593.728	10.029.368
Receita de aluguéis		111.612	96.972
Receita com descontos obtidos		6.788	6.192
Receita do IAC		1.410.393	1.410.393
Receita contratualização SUS		558.587	558.587
Outras receitas		567.572	547.045
Trabalho voluntário	19	514.315	537.583
Contas não recebidas		(200.243)	(97.319)
<b>Total das receitas</b>		<b>13.480.176</b>	<b>14.938.610</b>
<b>DESPESAS</b>			
Salários e encargos		(9.872.191)	(9.887.178)
Repasse diversos		(1.005.989)	(923.158)
Medicamentos e materiais		(2.482.164)	(2.799.868)
Materiais de consumo e outros		(1.209.450)	(1.545.963)
Administrativas e gerais		(2.517.693)	(2.767.713)
Trabalho voluntário	19	(514.315)	(537.583)
Reversão/(constituição) de provisão líquido		170.718	(326.000)
Tributárias		(23.426)	(857)
Financeiras		(668.746)	(414.427)
<b>Total das despesas</b>		<b>(18.123.256)</b>	<b>(19.202.747)</b>
<b>Déficit operacional</b>		<b>(4.643.080)</b>	<b>(4.264.137)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Receita de subvenções e doações	12	3.755.993	3.147.574
Receita de subvenções – repasses médicos	13	6.142.954	5.142.799
Despesas repasses médicos e ambulatório		(8.645.147)	(8.841.207)
Receitas financeiras		78.220	95.221
Contribuição solidariedade		64.559	64.203
Campanha empresa amiga Santa Casa		55.557	55.284
Outras receitas/(despesas) operacionais		15.362	100.245
<b>Total das receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>1.467.498</b>	<b>(235.881)</b>
<b>Superávit/(déficit) do exercício</b>		<b>(3.175.582)</b>	<b>(4.500.018)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SANTA CASA “ANNA CINTRA”

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais

	<u>Fundo Social</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Doações e Subvenções Patrimoniais</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b><u>(1.564.796)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>3.255.345</u></b>	<b><u>1.720.824</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>3.411.373</u></b>
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(40.182)	40.182	-
Transferência para Fundo Social	40.182	-	-	-	(40.182)	-
Superávit / (déficit) do exercício	-	-	-	-	(4.500.018)	(4.500.018)
Transferência superávit/déficit sem restrição	(4.500.018)	-	-	-	4.500.018	-
Baixa patrimonial	-	-	(21)	-	-	(21)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b><u>(6.024.632)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>3.255.324</u></b>	<b><u>1.680.642</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(1.088.666)</u></b>
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(40.182)	40.182	-
Transferência para Fundo Social	40.182	-	-	-	(40.182)	-
Superávit / (déficit) do exercício	-	-	-	-	(3.175.582)	(3.175.582)
Transferência superávit/déficit sem restrição	(3.175.582)	-	-	-	3.175.582	-
Devolução Governo Federal	-	-	(152.031)	-	-	(152.031)
Baixa Patrimonial	-	-	(21)	-	-	(21)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b><u>(9.160.032)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>3.103.272</u></b>	<b><u>1.640.460</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(4.416.300)</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## SANTA CASA “ANNA CINTRA”

### Demonstração do Fluxo de Caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais

	2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Superávit (déficit) do período</b>	<b>(3.175.582)</b>	<b>(4.500.018)</b>
<b>Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	361.467	316.709
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	(29.132)	-
Baixa Patrimonial	(21)	(21)
Reversão/(constituição) de contingências	(171.459)	303.605
<b>Redução (aumento) do ativo</b>		
Aplicações financeiras	1.167.155	26.529
Contas a receber – líquido de provisão	408.148	(183.991)
Estoques	70.965	89.793
Outros ativos	(585.227)	(374.158)
<b>Aumento (redução) do passivo</b>		
Fornecedores	292.193	296.964
Obrigações sociais e fiscais	484.024	80.124
Repasses	1.855.228	774.096
Receitas diferidas	(391.847)	(102.466)
Projetos a executar	53.680	(139.878)
Provisão de férias	(81.736)	50.540
Outros passivos	732.353	8.630
<b>Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais</b>	<b>990.209</b>	<b>(3.353.542)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(12.251)	(384.902)
Devolução Governo Federal	(152.031)	-
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos</b>	<b>(164.282)</b>	<b>(384.902)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	(930.000)	3.840.003
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos</b>	<b>(930.000)</b>	<b>3.840.003</b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>(104.073)</b>	<b>101.559</b>
Caixa e equivalentes no início do período	117.230	15.671
Caixa e equivalentes no fim do período	13.157	117.230
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>(104.073)</b>	<b>101.559</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

### **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais**

---

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A entidade é uma sociedade civil de natureza filantrópica, sem fins lucrativos e tem como objetivo: manter, administrar e desenvolver o Hospital “Anna Cintra”, bem como outros estabelecimentos que venha a criar, instalar, adquirir ou receber e dispensar assistência médico-hospitalar a enfermos e acidentados, gratuitamente ou não.

#### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 a Entidade apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 4.416.300 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 6.190.093, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

Foi publicado o Decreto de Intervenção número 5.891 em 09 de novembro de 2018, que dispõe sobre a Intervenção junto a Santa Casa Anna Cintra e dá outras providências. Intervenção Municipal a partir de 12 de novembro de 2018.

#### **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

##### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

## **b) Apuração das receitas e despesas do exercício**

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

## **c) Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

## **d) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

## **e) Ativos circulantes e não circulantes**

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

### **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço.

### **Contas a receber**

Os valores a receber, são contabilizados pelo regime de competência, deduzidas das perdas efetivadas.

### **Estoques**

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

### **Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa.

### Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

### f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### g) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

### h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

### i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

## 3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – COM RESTRIÇÃO

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Aplicações vinculadas – Verbas públicas	767.074	1.174.621
<b>Total</b>	<b>767.074</b>	<b>1.174.621</b>

## 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SEM RESTRIÇÃO

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Aplicações não vinculadas	28.487	788.095
<b>Total</b>	<b>28.487</b>	<b>788.095</b>

## 5. CONTAS A RECEBER

	2018	2017
Convênio SUS	274.286	275.002
Demais convênios	587.356	936.536
<b>Total</b>	<b>861.642</b>	<b>1.211.538</b>
Provisão estimativa p/ créditos de liquidação duvidosa	-	-
<b>Total líquido</b>	<b>861.642</b>	<b>1.211.538</b>

## 6. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - SEM RESTRIÇÃO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2017</u>				<u>31.12.2018</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>Custo</b>						
Terrenos	-	1.400.000	-	-	-	1.400.000
Edificações	4	2.602.879	-	-	-	2.602.879
Benfeitorias	-	578.745	-	-	-	578.745
Construções em andamento	-	397.538	-	-	-	397.538
Móveis, utensílios e máquinas	10	1.732.248	8.598	(6.411)	-	1.734.435
Veículos	20	34.590	-	-	-	34.590
Instrumentos de medicina	10	189.580	-	-	-	189.580
Aparelhos de medicina e cirurgia	10	2.735.042	3.653	(8.890)	-	2.729.805
Construções em and. Hosp. Novo	-	211.532	-	-	-	211.532
		<b>9.882.154</b>	<b>12.251</b>	<b>(15.301)</b>	-	<b>9.879.104</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Edificações		(941.891)	(129.474)	29.154	-	(1.042.211)
Móveis, utensílios e máquinas		(627.058)	(100.721)	6.389	-	(721.390)
Veículos		(34.590)	-	-	-	(34.590)
Aparelhos de medicina e cirurgia		(1.045.485)	(76.794)	8.890	-	(1.113.389)
<b>Total</b>		<b>(2.649.024)</b>	<b>(306.989)</b>	<b>44.433</b>	-	<b>(2.911.580)</b>
<b>Total</b>		<b>7.233.130</b>	<b>(294.738)</b>	<b>29.132</b>	-	<b>6.967.524</b>

## 7. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - COM RESTRIÇÃO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2017</u>				<u>31.12.2018</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>Custo</b>						
Móveis, utensílios e máquinas	10	1.225.602	-	-	-	1.225.602
Aparelhos de medicina e cirurgia	10	2.723.843	-	-	-	2.723.843
		<b>3.949.445</b>	-	-	-	<b>3.949.445</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Móveis, utensílios e máquinas		(487.891)	(12.777)	-	-	(500.668)
Aparelhos de medicina e cirurgia		(723.070)	(41.701)	-	-	(764.771)
<b>Total</b>		<b>(1.210.961)</b>	<b>(54.478)</b>	-	-	<b>(1.265.439)</b>
<b>Total</b>		<b>2.738.484</b>	<b>(54.478)</b>	-	-	<b>2.684.006</b>

## 8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
Salários a pagar	442.829	514.735
Rescisões a pagar	419.521	-
INSS a recolher	130.363	56.441
FGTS a recolher	71.822	82.861
PIS a recolher	5.972	6.614
Mensalidade sindical a recolher	10.350	4.735
Outros	993	2.648
<b>Total</b>	<b><u>1.081.850</u></b>	<b><u>668.034</u></b>

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>No. Parcelas</u>	<u>Venc.</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
					<u>Total</u>	<u>Total</u>
Caixa Econômica Federal	48	12/2022	1.508.846	4.526.538	6.035.384	7.544.231
(-)Juros a incorrer			(578.846)	(1.736.538)	(2.315.384)	(2.894.231)
<b>Total</b>			<b><u>930.000</u></b>	<b><u>2.790.000</u></b>	<b><u>3.720.000</u></b>	<b><u>4.650.000</u></b>

## 10. RECEITAS DIFERIDAS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de aquisição de estoques e imobilizados nos moldes da NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2018	2017
Receitas diferidas – passivo circulante	391.847	391.847
Receitas diferidas – passivo não circulante	1.381.769	1.773.616
<b>Total</b>	<b><u>1.773.616</u></b>	<b><u>2.165.463</u></b>

Refere-se aos Termos Aditivos nº. 02/2012 e 03/2011 celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Santa Casa “Anna Cintra”, sendo transferido a título de auxílio para investimento em equipamentos para a “Nova Maternidade” e o “Centro Cirúrgico”, visando a execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Refere-se aos Convênios nos. 766576/2011, 748616/2010, 774451/2012, 765412/2011, 744779/2010, 810775/2014 e 821243/2015 celebrado entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, e o Termo Aditivo nº. 01/2014 Celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria Estadual da Saúde sendo transferido à título de Investimento e executado a totalidade destes recursos visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

## 11. PROJETOS A EXECUTAR

Os valores registrados no passivo decorrentes de “Projetos a executar” no montante de R\$ 328.055 (Em 2017 – R\$ 274.375) serão executados em 2019 para compra de materiais médico-hospitalares, medicamentos, materiais de consumo.

## 12. SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS E DOAÇÕES

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, a entidade recebeu subvenções e doações de órgãos públicos e privados, cujos valores contabilizados em receitas, estão assim demonstrados:

	2018	2017
<b>FEDERAL</b>		
Convênio Governo Federal	-	-
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>ESTADUAL</b>		
Secretaria Estadual de Saude	250.000	-
Verba Santa Casa Sustentáveis	1.034.760	972.744
Subvenção Pró Santas Casas 2	1.420.729	1.046.861
<b>Total</b>	<u>2.705.489</u>	<u>2.019.605</u>
<b>MUNICIPAL – Prefeitura Amparo</b>		
Custeio Prefeitura – SUS 2016	124.000	124.000
<b>Total</b>	<u>124.000</u>	<u>124.000</u>
<b>OUTROS CONVÊNIOS</b>		
Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Posse.	405.321	459.504
<b>Total</b>	<u>405.321</u>	<u>459.504</u>
Realização receita ativo imobilizado	391.847	384.620
Doações de pessoas jurídicas e físicas	129.336	159.845
<b>Total</b>	<u>521.183</u>	<u>544.465</u>
<b>Total Geral</b>	<u>3.755.993</u>	<u>3.147.574</u>

## 13. SUBVENÇÕES – REPASSES MÉDICOS

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, a entidade recebeu subvenções – repasses médicos de órgãos públicos, cujos valores contabilizados em receitas, estão assim demonstrados:

	2018	2017
Subvenção Municipal – Repasse Médico	6.142.954	5.142.799
<b>Total</b>	<u>6.142.954</u>	<u>5.142.799</u>

Os valores mencionados acima foram repassados, em sua totalidade durante o exercício de 2018 e de 2017, diretamente para os médicos, pois nessa operação a entidade é utilizada apenas como intermediária pelos órgãos públicos.

## 14. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

### Exercício de 2018

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores Recebidos R\$	Valores Aplicados em Despesas R\$	Saldo de Ativo com Restrição R\$	Saldo de Passivo com Restrição R\$
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	PRÓ SANTA CASA 2-CUSTEIO	RECURSOS DESTINADOS PARA CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES E MATERIAS DE CONSUMO,	1.419.941	1.197.470	222.471	222.471
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	SANTAS CASAS SUSTENTÁVEIS	RECURSOS DESTINADOS PARA CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE FARMÁCIA	1.095.426	1.003.364	92.062	92.062
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	EMENDA PARLAMENTAR-CUSTEIO	RECURSOS DESTINADOS PARA CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MATS. DE CONSUMO, E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS	250.000	250.000	-	-
<b>Total</b>			<b>2.765.367</b>	<b>2.450.834</b>	<b>314.533</b>	<b>314.533</b>

### Exercício de 2017

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores Recebidos R\$	Valores Aplicados em Despesas R\$	Saldo de Ativo com Restrição R\$	Saldo de passivo com Restrição R\$
Modalidade: TERMO ADITIVO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	PRÓ SANTA CASA 2-CUSTEIO	RECURSOS DESTINADOS PARA CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSUMO, E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.270.120	1.046.861	223.259	223.259
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	SANTAS CASAS SUSTENTÁVEIS	RECURSOS DESTINADOS PARA CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE FARMÁCIA	1.004.140	972.744	31.396	31.396
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: MINISTÉRIO DA SAÚDE	INVESTIMENTO	RECURSOS DESTINADOS PARA INVESTIMENTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MATL.PERMANENTE PARA O HOSPITAL.	798.950	798.950	-	-
<b>Total</b>			<b>3.073.210</b>	<b>2.818.555</b>	<b>254.655</b>	<b>254.655</b>

- (1) Refere-se a valores recebidos durante o exercício de 2018 que serão executados no exercício de 2019.
- (2) Refere-se a valores recebidos durante o exercício de 2017 que serão executados no exercício de 2018.



## **15. RENÚNCIA FISCAL**

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

## **16. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA**

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2018 e de 2017, correspondem aos montantes de R\$ 2.377.032 e de R\$ 2.403.371, respectivamente.

## **17. CONTINGÊNCIAS A PAGAR**

A entidade responde por processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, perante diferentes tribunais. A Administração da entidade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 3.679.844. (Em 31 de dezembro de 2017 R\$ 3.851.303), contabilizados no passivo circulante e passivo não circulante, para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

## **18. ATENDIMENTOS AO SUS – Portaria n.º 834 do Ministério da Saúde**

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e decreto n.º 8.242/14, a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 71,18% (Em 2017 – 68,57%) de Internações Hospitalares, medidas por pacientes dia, e 80,87% (Em 2017 – 73,71%) de pacientes SUS no total de atendimentos Ambulatoriais.

No entanto, durante o exercício de 2018 e, com base nos custos dos serviços prestados, os atendimentos pelo SUS – Sistema Único de Saúde proporcionaram déficit financeiro de R\$ 6.574.912, sendo que tal valor foi aplicado em gratuidade pela entidade.

## **19. TRABALHO VOLUNTÁRIO**

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 a Entidade apurou valores de R\$ 514.315 e de R\$ 537.583, respectivamente decorrentes de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

## 20. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 21. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros mantidos pela entidade são demonstrados abaixo:

<b>Seguro</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência até</b>	<b>Valores LMI</b>
Incêndio/Raio/Explosão	Caixa Seguradora	07/08/2019	18.000.000
Vendaval/Fumaça e Queda Aeronaves	Caixa Seguradora	07/08/2019	1.250.000
Dias de Paralisação	Caixa Seguradora	07/08/2019	500.000
Danos Elétricos	Caixa Seguradora	07/08/2019	400.000
Desp. Recompos. Regs.e Doctos	Caixa Seguradora	07/08/2019	10.000
Quebra de Vidros	Caixa Seguradora	07/08/2019	10.000
RC-Propr. e Locat. Imóveis Comerciais	Caixa Seguradora	07/08/2019	200.000
<b>Total</b>			<b><u>20.370.000</u></b>